



Mulheres rurais e suas (re)existências: um olhar de gênero no Assentamento Eli Vive I

Ana Paula Rodrigues dos Santos¹; Larissa Cristina Figueiredo Ramiro²;
Fernando Veronezzi³

Resumo

O presente trabalho aborda questões referentes às mulheres rurais, fundamentalmente às mulheres do Movimento Sem Terra (MST), cujo objetivo é discutir teoricamente as ações delas na organização interna do movimento e o papel que desempenham na reforma agrária, na conquista da terra e na elaboração, execução e qualificação de políticas públicas e projetos que beneficiem seus territórios. Além disso, o texto traz uma breve análise de projetos já executados, em execução e futuros, desenvolvidos pelas mulheres rurais do assentamento Eli Vive I, localizado na região norte do estado do Paraná, no distrito de Lerroville, pertencente ao município de Londrina-PR. Como resultados observou-se o quão importante são as atividades desenvolvidas pelas mulheres nos movimentos sociais rurais: são elas as principais agentes promotoras da reforma agrária na atualidade, enfrentando desafios, lutando pelo que acreditam e, principalmente, derrubando barreiras, minimizando os efeitos das desigualdades e superando preconceitos contra 'o ser mulher, contra o ser mulher rural e mulher assentada'.

Palavras-Chave: mulheres rurais; assentamento rural; projetos.

¹ Graduanda do Curso de Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, paulaanarodrigues@live.com

² Graduanda do Curso de Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, larissafig97@gmail.com

³ Professor Doutor do Departamento de Geociências, da Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, fveronezzi@uel.br

GT 03 - Feminismo, políticas públicas e novas estratégias de resistências: de marchas, movimentos e margaridas

Rural women and their (re) existences: a gender look at the Eli Vive I Settlement

Abstract

This paper addresses issues related to rural women, fundamentally women from the Landless Movement (MST), whose objective is to discuss their actions in the internal organization of the movement and the role they play in land reform, land conquest and development, execution and qualification of public policies that benefit their territories. In addition, the text provides a brief analysis of the main projects carried out by rural women in the Eli Vive I settlement, located in the northern region of the state of Paraná, in the district of Lerroville, belonging to the municipality of Londrina-PR. As a result, it was observed how important the activities developed by women in rural social movements are: they are the main agents that promote agrarian reform today, facing challenges, fighting for what they believe in and, mainly, breaking down barriers, minimizing the effects of inequalities. and overcoming prejudices against 'being a woman, against being a rural woman and a settled woman'.

Keywords: rural women; rural settlement; projects.

Introdução

É cada vez mais urgente e necessário o desenvolvimento e a ampliação de investigações que envolvam a produção de conhecimentos acerca das questões de gênero no âmbito das Ciências Humanas, principalmente na Geografia, ciência que ainda carece de estudos que discutam tais temáticas, sobretudo aqueles voltados à produção do espaço a partir das ações das mulheres.

Os estudos de gênero na Geografia devem possibilitar a compreensão das diversas formas como as desigualdades – de gênero, classe e etnia- são construídas (e reproduzidas) e de que maneira elas (e seus desdobramentos) se perpetuam no espaço e no tempo. Dessa forma, a ciência geográfica tem muito a contribuir com essa análise. Pesquisadoras - termo propositalmente utilizado no feminino, pois a maioria das pesquisas desse tema são realizadas essencialmente por mulheres -, vêm se debruçando na busca por fomentar e estruturar

uma área no âmbito da Geografia e que se dedique à discussão dessas questões.

Considerando as inúmeras possibilidades de temas que podem ser debatidos no contexto dessa ciência, esse trabalho apresenta uma discussão voltada às mulheres rurais, fundamentalmente às mulheres do MST, cujo objetivo é discutir as ações delas na organização interna do movimento e o papel imprescindível que desempenham na reforma agrária, na conquista da terra e na elaboração, execução e qualificação de políticas públicas e projetos que beneficiem seus territórios. Além disso, o texto traz uma breve análise de projetos⁴ já executados, em execução e outros que poderão vir a acontecer, desenvolvidos pelas mulheres rurais do assentamento Eli Vive I, localizado na região norte do estado do Paraná, no distrito de Lerroville, pertencente ao município de Londrina-PR.

Dessa forma, é importante reforçar as motivações da construção desse texto, que, além de contribuir para o avanço das discussões científicas a partir das perspectivas de gênero, também tem como propósito contribuir para com a superação da naturalização das desigualdades, apresentando algumas ações desenvolvidas pelas mulheres rurais do Eli Vive I e, que possam servir de exemplo e inspiração para tantas outras, seja no âmbito individual ou coletivo, nas escalas locais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais.

Questões de gênero e geografia agrária - breves considerações teóricas

“[...] ao participar nos movimentos coletivos, feminista ou não, as mulheres tendem a questionar sua

⁴ Por conta do recorte temático estabelecido para essa pesquisa, optou-se por discutir apenas três projetos, dos muitos que já foram executados pelas mulheres assentadas do Eli Vive I, sendo abordado o exemplo de um projeto já realizado, outro em execução e um que está nos planos das assentadas.

posição social subordinada”⁵
(PAULILO, 2006, p. 184)

Previamente à constituição dos assentamentos rurais, as mulheres possuem um papel crucial nos acampamentos: são elas as responsáveis pelas atividades agropecuárias, organizam o trabalho doméstico, constituem mobilizações para enfrentar as violências policiais, dos latifundiários (GIULANI, 1997) e dos capangas contratados pelos fazendeiros, na busca pela territorialização das famílias na área então ocupada (VERONEZZI, 2018).

Já com os assentamentos rurais constituídos, e as famílias territorializadas, esses territórios passam a ser observados a partir de uma nova possibilidade de organização social, em que as trabalhadoras e trabalhadores são donas e donos da sua própria força de trabalho (MST, 1998), atrelando questões econômicas às questões sociais, culturais, políticas e ambientais, na tentativa de construir relações mais solidárias e equitativas entre mulheres e homens.

Porém, os assentamentos não são territórios alheios aos problemas encontrados fora dele, sendo que estes, apresentam também, algumas contradições, das quais, a equidade, apresentada em diversos textos organizados pelos movimentos sociais, incluindo o MST, instituições e organizações não governamentais, não necessariamente acontece e algumas desigualdades - principalmente as de gênero -, continuam sendo reproduzidas nesses territórios. O território rural ainda é marcado por uma cultura patriarcal e machista.

Corroborando com esse raciocínio, Thomaz Júnior e Valenciano, (2002, s.p). indicam que, “ [...] a discriminação da mulher, também existe dentro do movimento, e não poderia ser diferente, pois o MST não é uma ilha dentro da sociedade, mas uma fração dela”. Saffioti (2000, p.09) também inclui nessa perspectiva a indicação que “além de empoderar a categoria das mulheres, o conhecimento de sua

⁵ Traduzido do espanhol: [...] *al participar en los movimientos colectivos, feministas o no, las mujeres tienden a cuestionar su posición social subordinada* (PAULILO, 2006, p.184).

história permite a apreensão do caráter histórico do patriarcado”, pois sabendo-se que, “o espaço não é neutro, do ponto de vista do gênero, torna-se necessário incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais nas relações” (VELEDA DA SILVA, 1998, p. 107)

Nesse sentido, por muito tempo, as atividades desenvolvidas pelas mulheres rurais foram consideradas somente como complementares, vistas como “ajuda”. A indicação de uma mudança esteve ligada à entrada dessas mulheres, em meados da década de 1980, em sindicatos, associações, cooperativas (ROSSINI, 1993) e em coletivos de gênero de organizações não governamentais e movimentos sociais, como o MST, por exemplo.

No que se refere à realidade do território rural, a divisão sexual do trabalho, ainda é uma característica marcante e parte do princípio de que o homem é responsável pelo trabalho produtivo e as mulheres pelo trabalho reprodutivo. Enquanto para eles, é ofertado tudo o que se associa ao mercado, às mulheres são cobrados o trabalho de casa, os cuidados das hortas, dos animais de pequeno porte (geralmente voltado ao consumo da família) e dos filhos (NOBRE, 1998). Sabe-se que, a

produção nos assentamentos está na maioria das vezes limitada pelas responsabilidades desiguais entre homens e mulheres no trabalho reprodutivo das famílias. Com menor tempo e sem acesso as decisões de gestão da produção, as mulheres assentadas assim como as agricultoras familiares atuam nos quintais garantindo o autoconsumo das famílias e por não ter acesso a renda monetária, permanecem invisíveis na economia dos assentamentos (BUTTO, 2006, p. 97).

Paulilo (1987) também contribui com esse pensamento ao destacar que, em relação às atividades do campo, é comum qualificar àquelas exercidas pelas mulheres, como “trabalho leve”, enquanto que as exercidas pelos homens como “trabalho pesado”. De acordo com a

autora, as remunerações mais baixas são destinadas às mulheres e às crianças, enquanto que as mais altas, designadas aos homens.

Na lógica capitalista, a questão econômica “sempre foi pensada em bases patriarcais: agressiva, penetrante e opressiva” (PACHECO, 1998, p.61), e as relações de gênero, estabelecidas no campo, das quais a depreciação e a invisibilidade do trabalho feminino é uma constante (VERONEZZI, 2018), estão inseridas nesse contexto. Conforme se observa em diversas realidades de assentamentos rurais pelo país, “as relações de poder existentes dentro do núcleo familiar são um grande empecilho à inserção e participação das mulheres” (THOMAZ JÚNIOR; VALENCIANO, 2002, s.p).

Nesse mesmo sentido, é fundamental compreender que “as lutas para construir o reconhecimento das mulheres como agricultoras foram e são ainda muito importantes. Elas passam por trabalhos de sensibilização para a questão, pela luta política por direitos e pela cobrança do exercício pleno desses direitos” (PACHECO, 1998, p. 60). A autora novamente contribui com esse pensamento ao apontar que “[...] a mulher consegue muito mais poder de negociação, de trabalhar o conflito no âmbito da família, quanto mais ela esteja se fortalecendo em espaços coletivos além da família e da comunidade” (PACHECO, 1998, p. 49).

Conforme aponta Saffioti (2000) o poder, quando exercido de maneira partilhada, promove igualdade, liberdade e justiça, e quando é empregado de maneira discriminatória e concentrada, se converte em desigualdades. E dessa forma considerando as potencialidades que os coletivos de mulheres assentadas possuem, é importante ressaltar que elas “estão em um território privilegiado não só para a reflexão, mas também para a ação. O simples fato de elas não estarem isoladas ‘cada uma em sua casa’, mas sim muito mais próximas geograficamente, é um feito novo e mobilizador” (PAULILO, 2006, p.

182)⁶, o que promove uma possibilidade ainda maior de construção de ações que visem autonomia e empoderamento.

Por fim, de acordo com o que preconiza Carneiro e Teixeira (1995), para que haja a ruptura da imagem tradicional da mulher rural como apenas esposa e mãe, criando uma nova concepção que rompa com o conservadorismo que envolve os padrões sociais atribuídos às mulheres rurais, os coletivos de gênero dos movimentos sociais devem possuir como frentes de ação, a execução de propostas que vão desde a inclusão na agenda de processos de conscientização das próprias mulheres, defendendo que a naturalização e a hierarquização das relações de gênero são construções históricas e culturais, e posteriormente, levar esse debate a outras instâncias, incluindo a tríade Família-Estado-Sociedade (VERONEZZI, 2018) e buscando por políticas públicas que atendam às reais necessidades delas e de seus territórios e, visando a diminuição das desigualdades nas micro e macro escalas de ação.

Caminhos metodológicos

Para elaboração dessa pesquisa, foram realizados trabalhos de campo no assentamento Eli Vive I, entrevistas semiestruturadas com as assentadas, além do levantamento bibliográfico de textos com temática pertinente à realidade das mulheres rurais – organizados no referencial teórico, na seção inicial do texto.

Os trabalhos de campo foram desenvolvidos com a finalidade de reconhecer o assentamento rural, bem como as realidades cotidianas vivenciadas pelas mulheres rurais do Eli Vive I. Em relação aos trabalhos de campo, essa atividade é importante pois, é o momento

⁶ Traduzido do espanhol: *Las asentadas están en un espacio privilegiado no sólo para la reflexión, sino también para la acción. El simple hecho de que ellas ya no estén aisladas, "cada una en su casa", sino mucho más próximas geográficamente, es un elemento nuevo y movilizador* (PAULILO, 2006, p. 182).

da pesquisa em que “a teoria se torna realidade, se materializa diante dos olhos” (MARCOS, 2006, p. 106).

As entrevistas, empregadas no formato semiestruturadas⁷, ocorreram de maneira oral e individual, na residência das assentadas, a partir do estabelecimento de diálogos entre entrevistadoras e entrevistadas, baseando-se em um roteiro pré-estabelecido, no qual, os pesquisadores o organizaram com questões temáticas fixas e outras que podiam ser incluídas ou retiradas, de acordo com o rumo das falas das assentadas entrevistadas.

Dessa forma, a partir desses procedimentos, são expostos relatos baseados nas falas 6 mulheres, sendo que elas não são identificadas pelo nome verdadeiro nesse texto, a fim de preservar a identidade das mesmas, sendo elas retratadas como Assentada 1 (2018); Assentada 2 (2018); Assentada 3 (2018); Assentada 4 (2018); Assentada 5 (2018) e Assentada 6 (2018).

Nas referências organizadas no final dessa publicação são apresentadas outras informações sobre as entrevistas. Outro fator a ser considerado é que, as citações são apresentadas no decorrer do texto, contendo erros comuns da linguagem oral, pois foram transcritas de maneira fiel à fala das mulheres rurais entrevistadas.

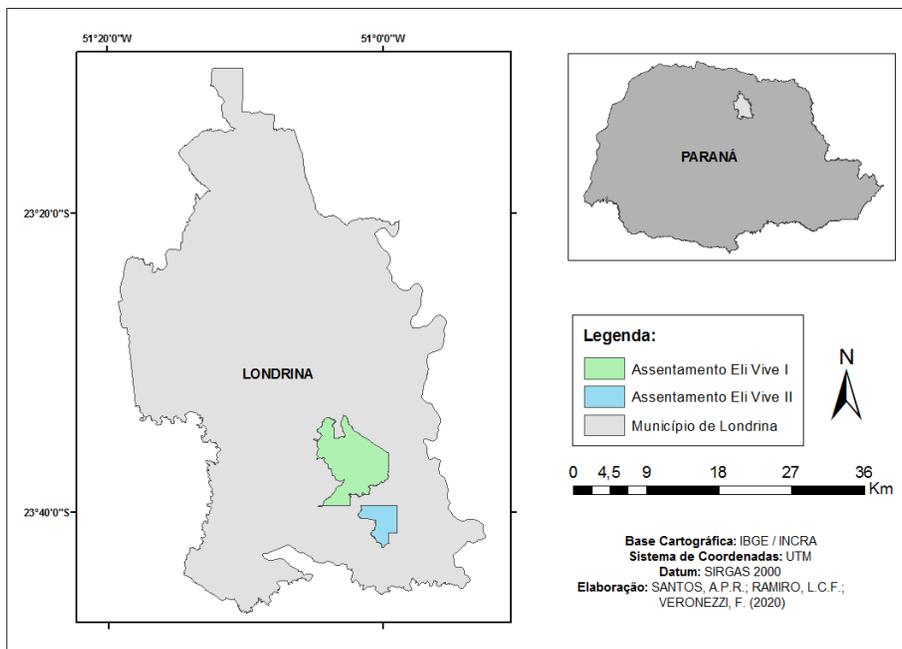
Diante do exposto até então, a seguir serão abordados alguns aspectos gerais do território em questão, como localização geográfica e uma breve síntese sobre a conquista, bem como alguns projetos selecionados e que visam a autonomia e o empoderamento das mulheres rurais do assentamento Eli Vive I.

⁷ Nas entrevistas semiestruturadas, o entrevistador elabora um determinado número de questões que possuem uma sequência contextual no roteiro, podendo, em caso de necessidade, adicionar questões extras no guia de perguntas, já que o entrevistador possui uma postura ativa e flexível nesse tipo de entrevista (COLOGNESE E MÉLO, 1998).

O Assentamento Eli Vive I: localização geográfica e outras conquistas

O Assentamento Eli Vive I, área de estudo deste trabalho, localiza-se no distrito de Lerroville, município de Londrina, região norte do Estado do Paraná (Figura 1). De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2012), habitam neste assentamento 399 famílias, distribuídas em lotes, e somadas ao Eli Vive II, têm-se 535 famílias.

Figura 1 - Localização do Assentamento Eli Vive, Londrina/PR.



Fonte: IBGE/INCRA.

Elaboração e Editoração: SANTOS, A.P.R.; RAMIRO, L.C.; VERONEZZI, F., 2020.

No ano de 1991, teve início a ocupação da fazenda Guairacá. Essa ocupação foi marcada por lutas constantes que se mantiveram até o ano de 2010; houve conflitos com a polícia, com fazendeiros armados e com outros grupos, como os “bandeiras brancas” do MST, que normalmente, segundo informam as entrevistadas, são ex-acampados

que foram expulsos do MST por infringirem normas do acampamento e acabaram organizando outros grupos (SANTOS *et Al*, 2018, p.1066).

A terra que hoje pertence ao Assentamento era denominada Fazenda Guairacá, totalizando 7.313,06 hectares de área. Uma das Assentadas destaca brevemente sobre o processo de transformação da fazenda em assentamento: “O INCRA comprou direto do fazendeiro essa fazenda. [...] Hoje, o que muitas famílias abandonaram, outras saíram, mas tem 535 lotes” (ASSENTADA 6, 2018).

Em 2010 ocorreu a compra das terras pelo INCRA, e conseqüentemente, a efetivação do Assentamento (Figura 2), que carrega o nome de Eli Vive, para homenagear um ativista de grande importância para a Região Norte do Paraná, morto por indivíduos ligados ao latifúndio.

Figura 2 - Identificação da entrada do Assentamento Eli Vive, Londrina/PR.



Fonte: SANTOS, A.P.R.; RAMIRO, L.C.;

O Assentamento tem pouco mais de uma década de constituição, e é caracterizado pelos membros que o compõem, como um assentamento novo e ainda possui uma série de dificuldades, sendo uma delas, a falta de investimentos do Governo Federal, que conforme aponta uma das assentadas, há anos estão esperando por uma determinada quantia que deveria ser destinada para cada família construir o seu lote⁸, mas que esperam até hoje por esse empenho, conforme pode ser observado na fala da assentada 4 (2018):

Mas eu acho que a maior dificuldade mesmo é a falta de verba, e fala que vai sair, que vai sair, mas tipo assim, você tem o que você tá conseguindo da terra. E a desigualdade aqui dentro é grande, cê vê, falta investimento (ASSENTADA 4, 2018).

A Assentada 3 (2018) complementa a informação acima e indica que por conta da falta de verbas, muitos assentados criaram estratégias para conseguir sobreviver e cultivar sua própria terra. Dentre essas estratégias, ela cita a importância das parcerias entre os moradores: “Outros tocam na parceria, que daí você... Que nem, a parceria você entra de parceria com alguém que tenha o maquinário que você não tem [...] E daí a gente acerta isso na colheita” (ASSENTADA 3, 2018). São alguns dos combinados realizados entre os moradores do assentamento para conseguir trabalhar com a terra.

Além das parceiras e dos combinados, há no Assentamento uma Cooperativa, nomeada COPACON (Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista), de extrema importância para toda a comunidade do assentamento, já que, além de agregar valores à produção, fomenta o desenvolvimento e contribui para com o progresso dos sujeitos envolvidos e da comunidade em geral.

⁸ “Quando da criação de um assentamento rural, algumas infraestruturas devem ser viabilizadas pelo Governo Federal, como habitação, estradas e crédito para investimento inicial na produção da unidade familiar” (BRASIL DE FATO, 2020, s.p) Porém, muitas das políticas públicas para a materialização dessas infraestruturas no Assentamento em questão, ainda não chegaram.

No assentamento estão localizadas duas escolas: a Escola Municipal do Campo Trabalho e Saber e a Escola Estadual Maria Aparecida Rosignol Franciosi, ambas construídas pela própria comunidade, ainda enquanto acampados, o que demonstra uma grande conquista para eles, já que, de acordo com o que propõe o MST (2016), a educação no campo é uma ferramenta de luta contra o capital e por isso, a escola faz-se tão importante no âmbito da Reforma Agrária.

(Re)existências: alguns projetos desenvolvidos pelas e para as mulheres do Assentamento Eli Vive I

No Assentamento Eli Vive I, e no Movimento Sem Terra como um todo, grandes conquistas já foram, e muitas ainda são, realizadas exclusivamente por mulheres. Conforme cita uma das assentadas,

a mulher dentro do MST ela tem um papel muito forte, ela tá na frente em tudo. Tanto que qualquer benefício, a maior parte vem no nome da mulher. Ela que tem que assinar e [...] já começa pelo lote que tá no nome dela! (ASSENTADA 3, 2018).

Quanto ao papel das mulheres na conquista da terra, a Assentada 4 (2018) elucida que as mulheres são mais determinadas, que vão em frente, sempre em busca de seus desejos, e que os homens, muitas vezes, acabam desistindo quando aparecem as primeiras dificuldades. A Assentada 6 (2018), em concordância, menciona: “O papel das mulher na conquista da terra é tudo! Porque a mulher é a força que a burguesia não derrota. Porque os gritos de ordem que a gente tem são fortes, eles obedecem”.

Ao longo dos doze anos da existência do assentamento, somado aos anos de acampamento, foram desenvolvidos e organizados diversos projetos que visavam a autonomia e o empoderamento das mulheres, tendo alguns deles, o objetivo de geração de renda para as mesmas, pois dessa forma, elas conseguem obter seu dinheiro e, conseqüentemente, diminuir a dependência financeira. Em alguns casos, a renda da família provém exclusivamente das atividades desenvolvidas pelas mulheres e por conta da participação das mesmas nesses projetos.

Importante ressaltar que os projetos (os que já existiram, os que ainda estão em execução e os que serão desenvolvidos) visam o atendimento das mulheres do assentamento como um todo, incluindo o Eli Vive I e II, porém, como as entrevistas foram realizadas somente com assentadas do Eli Vive I, é que no decorrer do texto se faz apenas menções a esse assentamento. Sendo assim, a seguir, serão abordados alguns projetos que foram desenvolvidos.

Projeto “oficina de costura”

O projeto “Oficina de Costura” foi desenvolvido ainda na época de acampamento. Mulheres se reuniam em um dos barracões que compunham a estrutura da então área ocupada (ainda fazenda Guairacá) para aprenderem a costurar e realizarem determinados tipos de artesanatos. A dinâmica de aprendizagem era norteadada por algumas mulheres que já detinham o conhecimento da costura, passando seus ensinamentos àquelas que não sabiam. As máquinas eram doadas e muitas vezes as que já costuravam, disponibilizavam suas máquinas para que outras aprendessem.

A matéria prima utilizada para as produções de costuras – que muitas vezes se restringiam a consertos de roupas, produção de tapetes e alguns objetos de decoração com tecidos (Figura 3) – era oriunda de doações. Havia também, àquelas que compravam seus próprios materiais e então desenvolviam suas peças e

comercializavam, mas a maior parte do que era produzido através desse projeto, era voltado ao próprio uso das acampadas em suas casas, destacam as assentadas. Por tanto, não necessariamente se constituiu em um projeto provedor de renda, mas sim com características de profissionalização.

Atualmente, esse projeto não existe mais no assentamento, destaca a Assentada 3 (2018), que ainda pontua que outras possibilidades estão sendo estudadas pelas assentadas para o desenvolvimento de projetos futuros.

Figura 3 – Item de decoração produzido no projeto “Oficina de Costura”



Fonte: Arquivo pessoal da assentada 3, 2020.

Projeto “sacolas camponesas”

O projeto “Sacolas Camponesas” se constitui como uma exceção, pois ao contrário do que normalmente ocorre, foi um projeto que adentrou o assentamento e não que foi pensado e desenvolvido dentro dele, ou seja, pelas próprias assentadas. Nesse caso específico, é um projeto de extensão do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina (UEL), realizado desde o ano de 2016, sob a coordenação da professora Dra. Eliane Tomiasi Paulino,

juntamente com outros professores do mesmo Departamento, bem como de outros da Universidade.

O objetivo do projeto é fortalecer as relações de agricultoras familiares com os consumidores finais dos produtos. O projeto consiste na venda semanal de sacolas, nas dependências da Universidade, com frutas e verduras (de acordo com a disponibilidade da produção das agricultoras) – geralmente com cerca de seis produtos - para pessoas (parceiros) que desejam consumir produtos orgânicos e frescos. Os preços das sacolas constituem-se em um valor fixo.

Segundo a Agência UEL de Notícias (2018), o projeto abriu novas portas às agriculturas, atuando para que elas conquistassem um outro espaço para a comercialização de seus produtos, como é o caso da Feira Livre que ocorre aos domingos na Av. Saul Elkind, no bairro dos Cinco Conjuntos, zona norte de Londrina (UEL, 2018).

As entrevistadas argumentaram que esse projeto tem um papel fundamental no que se refere à construção da autonomia e do empoderamento das mesmas, sendo mais uma estratégia que fomenta processos que contribuem para novas conquistas.

Projeto: “panificadora”

O projeto da construção da “Panificadora” é caracterizado como um sonho para muitas assentadas do Eli Vive I. Segundo a Assentada 2 (2018), esse é um projeto bastante aguardado desde a época do acampamento, porém ainda não se concretizou, principalmente por falta de investimentos (muito disso se dá por conta do esfacelamento das políticas públicas de desenvolvimento rural voltadas aos assentamentos rurais) e da necessidade de estabelecimento de novas parceiras, para que o mesmo seja colocado em prática.

A Assentada 5 (2018) relata que o objetivo é montar uma panificadora com estrutura para potencializar a produção, que já

existe, e permitir a venda de outros produtos, em maior quantidade e variedade, que virão a ser desenvolvidos quando da concretização desse projeto.

De acordo com as narrativas das entrevistadas, muitas possuem grandes expectativas quanto à futura execução do projeto e trabalham ansiosamente para a execução do mesmo. Para elas, será mais uma ferramenta que contribuirá para com o fortalecimento da autonomia e do empoderamento das assentadas.

Considerações finais

Como resultados dessa pesquisa, observou-se o quão importante são as atividades desenvolvidas pelas mulheres nos movimentos sociais rurais, nesse caso, o MST: são elas as principais agentes promotoras da reforma agrária, enfrentam desafios, lutam pelo que acreditam e, principalmente, derrubam barreiras, minimizando os efeitos das desigualdades e superam diariamente preconceitos contra ‘o ser mulher, contra o ser mulher rural e mulher assentada’.

Obviamente, que por conta do recorte temático e das limitações de formatação do texto, foram abordados aqui, apenas alguns exemplos de projetos desenvolvidos por e para as assentadas do Eli Vive I, não sendo tendo como possibilidade apresentar a amplitude de tantos outros projetos que foram, ainda estão e execução e outros que estão sendo planejados.

Sendo assim, reitera-se que é fundamental o desenvolvimento de ações que visam “a implementação de projetos que possam contribuir para o processo de autonomia e emancipação social” (BUTTO, 2006, p. 95-6) política e econômica das mulheres assentadas, tais como, a formação continuada sobre questões de gênero; gestão econômica, social e ambiental de unidades de produção em comunidades rurais; processos produtivos e cidadania das mulheres;

apoio financeiro de órgãos federais e estaduais e extensão rural voltada às mulheres assentadas.

Ampliando as ações mencionadas acima, será possível contribuir para novas conquistas dessas e de outras mulheres rurais (assentadas, indígenas, quilombolas e tantas outras) que, por mais que tenham uma série de adversidades, suas lutas e re(existências) fomentam processos em busca de autonomia, reconhecimento, e empoderamento.

Referências

- BRASIL DE FATO. *MST Celebra 11 anos do maior assentamento em região metropolitana do Brasil*. 2020. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/2020/02/26/mst-celebra-os-11-anos-do-maior-assentamento-em-regiao-metropolitana-do-brasil>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In: *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Nead Debates. p. 87-116.
- CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Mulher rural no discurso dos mediadores. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, p. 45-57, nov. 1995.
- COLOGNESE, Sílvio Antonio; MÉLO, José Luiz Bica de. A técnica da entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.
- GIULANI, Paola Cappellin. Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 640-668.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Reforma Agrária: Projeto de Assentamento Eli Vive I*. 2012. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/search/node/assentamento%20eli%20vive>. Acesso em: 01 ago. 2018.

- MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em Geografia: reflexões acerca de uma experiência participante. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 84, p. 105-136, jul. 2006
- MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Sistema cooperativista dos Assentados, 2.ed. *Cadernos de Cooperação Agrícola*, CONCRAB, 1998.
- MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ocupar e Resistir: *Os desafios da Escola Eli Vive*. 2016. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/10/10/ocupar-e-resistir-os-desafios-da-escola-do-eli-vive.html>. Acesso em: 01 ago. 2018.
- NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELLA, Sandra; MENASCHE, Renata (Org.). *Gênero e agricultura familiar*. São Paulo: Cadernos SempreViva, 1998.
- PACHECO, Maria Emilia Lisboa. *Agricultura familiar: Um olhar de gênero*. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELLA, Sandra; MENASCHE, Renata (Org.). *Gênero e agricultura familiar*. São Paulo: Cadernos SempreViva, 1998.
- PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro: SBPC, p. 64-70, 1987.
- PAULILO, Maria Ignez S. El género y la clase en los movimientos de mujeres agricultoras de Brasil. *Agricultura, Sociedad y Desarrollo*, v. 3, n. 2, p. 175-196, jul./dic. 2006.
- ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e Gênero: A mulher como força de trabalho no campo. *Revista Informações Econômicas*, São Paulo, 1993, p.1-13.
- SAFFIOTI, Heleieth. Ortogênese e Filogênese do Gênero. Ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra as mulheres. *Série Estudos e Ensaios, Ciências Sociais*, FLACSO-Brasil, junho, 2000.
- SANTOS, Ana Paula Rodrigues dos; RAMIRO, Larissa Cristina Figueiredo; VERONEZZI, Fernando. Aspectos Histórico-Geográficos do Assentamento Eli Vive, Londrina (PR). SINAGGET, I.; SEMAGEO, XXXIV, Londrina, 2018. *Anais [...]*. v.1. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. 1063-1073p.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio; VALENCIANO, Renata, C. O papel da mulher na luta pela terra. Uma questão de gênero e/ou luta de classe? *Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais*, v. VI, n. 119, 2002.

UEL. Agência de notícias. *Projeto Sacolas Camponesas reúne apoiadores e apresenta resultados de 2018*. Agência UEL de Notícias. 2018. Disponível em: http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=AR_Q_not&id=27635. Acesso em: 11 dez. 2018.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Geografia e Gênero/Geografia Feminista. O que é isto? *Boletim Gaúcho de Geografia, AGB, Porto Alegre*, n. 23, p. 105-110, mar. 1998.

VERONEZZI, F. *Resistência, Empoderamento e Emancipação: As militantes da Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAUQESP)*. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

Referências das entrevistas

Assentada 1 (2018). Residência da moradora - Assentamento Eli Vive I.
Entrevista concedida no mês de julho de 2018.

Assentada 2 (2018). Residência da moradora - Assentamento Eli Vive I.
Entrevista concedida no mês de julho de 2018.

Assentada 3 (2018). Residência da moradora - Assentamento Eli Vive I.
Entrevista concedida no mês de julho de 2018.

Assentada 4 (2018). Residência da moradora - Assentamento Eli Vive I.
Entrevista concedida no mês de julho de 2018.

Assentada 5 (2018). Residência da moradora - Assentamento Eli Vive I.
Entrevista concedida no mês de julho de 2018.

Assentada 6 (2018). Residência da moradora - Assentamento Eli Vive I.
Entrevista concedida no mês de julho de 2018.